

## **Entrevista do Desembargador Jorge Duarte de Azevedo concedida ao Programa de História Oral do TJDFT**

**Entrevistado:** Desembargador Jorge Duarte de Azevedo

**Entrevistadores:** Desembargadora Maria Thereza de Andrade Braga Haynes, Desembargador Hermenegildo Gonçalves Fernandes e Juiz de Direito Sebastião Rios.

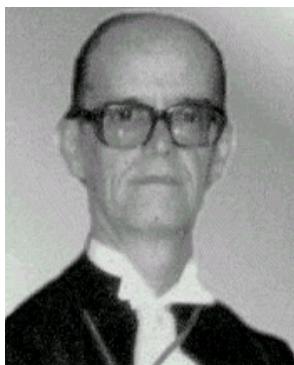
**Transcrição:** Otacílio Guedes Marques

**Revisão:**

**Data:** 17 de março de 2008.

**Local:** Brasília - DF

### **Biografia**



Nascido na cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, aos 14 de julho de 1926, filho de Alexandre Álvares Duarte de Azevedo e de Celina Furtado Duarte de Azevedo. Diplomou-se pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil – Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre 1950/51, foi estagiário do Ministério Público do Distrito Federal. Exerceu, mediante concurso, no Estado do Espírito Santo os cargos de: Promotor Público, Juiz Substituto, e, foi promovido por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito entre 1957 a 1961. Em Brasília, após concurso público, o primeiro para provimento de cargo na Magistratura, foi nomeado para o cargo de Juiz Substituto da Justiça do Distrito Federal, exercendo-o no período compreendido entre 1961 a 1967, sendo promovido, em seguida, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da mesma Justiça. Em 1974, foi promovido, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Em 1979, assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Aposentou-se em 1981. Exerceu o cargo em comissão de Assessor Judiciário do Supremo Tribunal Federal, pelo período de 1982 a 1989, quando foi exonerado, a pedido. Exerceu o cargo em comissão de Assessor Especial da Presidência do Conselho de Justiça Federal de 1999 a 2002. Jorge Duarte de Azevedo tem trabalhos jurídicos na área de Direito Penal e Direito do Menor publicados através da imprensa e de revistas especializadas. Pelo

seu relevante trabalho no Juizado de Menores recebeu condecorações e títulos. Participou de congressos, reuniões e conferências no Brasil e no exterior.

## **Entrevista**

**Juiz Sebastião Rios** – Desembargador Jorge, nós estamos aqui representado a comissão encarregada de tratar da memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Porque que o senhor está sendo entrevistado? Por que o senhor entrou aqui no Tribunal em 1961. O senhor é um componente da primeira turma do Tribunal de Justiça, dos concursados que entraram aqui no ano de 1961, então é muito importante para a memória do Tribunal, termos aqui registrada as suas impressões, o seu depoimento. OK? Então nos gostaríamos de saber qual foi a sua experiência de sair, nos sabemos que você saiu lá do Estado do Espírito Santo para ser Juiz de Direito lá em uma Comarca no interior do Estado, para assumir aqui o cargo de Juiz Substituto no Distrito Federal. Conte para nos um pouco como foi essa experiência, quais foram as sensações, o que foi que representou essa mudança de sair de uma cidade do interior do Espírito Santo e vir para uma cidade que ainda nem estava completamente acabada, terminada.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu fiquei conhecido aqui em Brasília como originário do Espírito Santo, eu sou carioca da gema (risos), nascido no bairro de Botafogo, vizinho ao estádio do clube, embora eu tenha adotado como clube o Fluminense (risos). Mas, me formei na Nacional de Direito do Rio, na antiga Universidade do Brasil, e durante os últimos anos, havia estagiado na Justiça, na Defensoria Pública, nas varas criminais do Rio, e no 1º Tribunal do Júri. E, por problemas familiares, principalmente do meu primeiro casamento, eu fui para o Espírito Santo. Lá eu fui Promotor e Juiz. Promotor durante 3 anos e Juiz durante 5 anos. Quando dá primeira notícia de Brasília, do encanto que Brasília poderia ter para mim, foi assistindo um filme lá em Vitória, com a minha filha Denise. E quando apareceu na tela o jornal com uma reportagem sobre o início de Brasília, os primeiros prédios, a construção, a minha filha levantou-se com entusiasmo e disse: Que bonito! E, essa reação dela foi uma coisa muito importante para mim. Porque eu não acreditava, de início, que se pudesse constituir uma cidade do nada, como foi feito, e tinha umas reservas quanto à efetivação de Brasília. Mas aconteceu que com o correr do tempo, eu

fui sentido que Brasília iria se tornar mesmo uma realidade e tive o cuidado de pedir remoção para a Comarca de Anchieta. Uma Comarca vizinha à Guarapari, que tinha muito pouco movimento, tranqüila, e que nela eu podia me preparar para fazer o primeiro concurso que houvesse para Brasília. E assim foi feito. Eu tive oportunidade de me inscrever no primeiro concurso, e ter a satisfação de reencontrar aqui colegas, do Rio, da minha faculdade. Os quatro classificados aqui, todos os quatro foram da Nacional de Direito, da antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. E começou a minha vida aqui, como Juiz Substituto, a primeira designação que o Presidente do Tribunal me deu, o Desembargador Hugo Auler, na época, foi auxiliar o Juiz da Vara de Família, Menores, Órfãos e Sucessões, O Dr. Irineo Joffily. E quando eu me apresentei ao nosso colega, ele foi muito enfático! Disse: Você cuida dos menores porque eu não tenho muito jeito para lidar com isso. Você fica cuidando dos menores. E eu levei muito a sério essa designação, a ponto de me preocupar de sair daquele burburinho da vara, que envolvia matérias diversas, e arranjar um cantinho lá no Bloco 6<sup>1</sup>, embaixo, junto a agencia do Banco do Brasil, onde eu poderia trabalhar mais à vontade e os jurisdicionados terem também um acolhimento mais de acordo com o trabalho que ia se fazer de assistência aos menores abandonados e aqueles que precisavam de tutoria do Juiz. E tudo começou assim. Quer dizer, de fato, houve já naquele inicio, já houve uma cisão, de fato, entre a parte do Juizado de menores, da competência e as outras atribuições. E nesse entusiasmo nos fomos conseguindo um contato muito grande com as autoridades e com a força do exercício das funções de Juiz de Menores, conseguimos uma área, foi designada uma área para um futuro prédio, porque já havia aquela mentalidade de que o atendimento aos menores deveria ser separado dos adultos, pelos inconvenientes do contato com presos da Vara Criminal e outras atribuições que tornavam difícil esse contato. E assim foi concedido o terreno, onde hoje tem o prédio do Juizado, não havia verba nessa época, nenhuma, a verba era do Tribunal, e um dia o Desembargador Souza Neto me chamou e disse assim: Vem uma equipe do planejamento, vem uma equipe especializada do planejamento e você pode entrar em contato com eles e verificar o que é necessário para isso. E eu fiquei muito entusiasmado, embora eu tivesse chegado ao grupo do planejamento que o Desembargador Presidente tinha me dito que eles eram especializados na área de Justiça, e eu verifiquei que eles não sabiam distinguir o que

---

<sup>1</sup> Atual Ministério do Planejamento, na Esplanada dos Ministérios.

era Ministério Público e o que era Magistratura (risos). Então eu vi que a especialização deles não era bem essa (risos). Mas eu consegui tudo que queria. Porque a mentalidade na época era que a construção de prédios, instalações, tudo isso era fácil de obter a verba. Não eram considerados despesas. Despesas seriam aplicações, empreendimentos, despesas com pessoal era o que a gente não conseguia, mas obra fio fácil de conseguir. Através de um irmão do Geraldo, nos soubemos que havia um engenheiro da equipe do Niemeyer, que ele se prontificou a fazer um projeto para o Juizado, embora sem receber nada. O Doutor Peloso. Francisco Mendes Del Peloso. Foi ele que fez o projeto lá do Juizado. E acabamos conseguindo verba e realizando a parte material, embora não tivéssemos quadro organizado. O quadro que começou no Juizado e que nos temos aqui presente, o Doutor Sebastião Rios que foi quem nos ajudou muito e participou muito disso, era uma empresa terceirizada de serviços, do quadro mesmo só tínhamos três ou quatro funcionários e alguns deles requisitados de outros órgãos. Paralelamente a isso, nos desenvolvemos nos cinco primeiros anos uma casa, que se chamou, que se intitulou Casa Mello Mattos, e nas antigas dependências do quartel da GEB<sup>2</sup>, lá na Candangolândia. Essa participação nossa, foi uma participação de muito entusiasmo e procuramos realizar lá o que tinha sido feito já algum tempo lá na Inglaterra por um irlandês, e que deu motivo a muita celeuma, que ele realizou uma obra e publicou um livro que se chamava “Liberdade sem medo”, era um irlandês, Neill<sup>3</sup>, e ele pugnava por tratar esses garotos todos que tinha sobre o cuidado dele através de um sistema de liberdade em que os próprios garotos eles estabeleciam os limites de suas liberdades, aplicavam as punições que deviam ser aplicadas e ele apenas geria aquela situação. Eu procurei imitá-lo um pouco, dentro das possibilidades, lá na Casa Melo Matos, nos cinco anos que nos tivemos a casa. Eram pivetes que foram apresentados logo ao Juizado, logo depois que nos tomamos conhecimento da área lá de madeira, de barracos, e esses meninos foram selecionados, dos quarenta que foram apresentados, trinta ficaram conosco, desde o início. Tinha o estabelecimento da SAPS<sup>4</sup>, ali ao lado, que fornecia comida, o departamento de polícia nos cedeu um casal que ficava tomando conta dos meninos lá. A Secretaria de Educação cedeu uma professora para orientá-los, pedindo que, pedindo não, exigindo que nos matriculássemos as crianças, na Escola Classe próxima. E assim foi feito. Embora se tratasse de menores que tinham uma

---

<sup>2</sup> Guarda Especial de Brasília

<sup>3</sup> Alexander S. Neill, 1960.

<sup>4</sup> Serviço de Alimentação da Previdência Social

conduta de certo modo irregular, a gente trabalhou confiando neles. Eles então iam ao colégio, e tinham a professora que dava assistência e o MEC<sup>5</sup> fez um convênio com a gente em que forneciam uma marcenaria, um instrutor, e eles tinham um ensinamento ao lado do ensino primário, eles tinham um desenvolvimento de trabalhos manuais, e a cooperação do comércio, davam roupas, os donos do cinema lá do Núcleo Bandeirante abriam o cinema no domingo e eles podiam entrar lá de graça, depois veio o instrutor de educação física, e assim sem verba, sem nenhum fundamento jurídico, legal, funcionou essa casa durante cinco anos. De manhã nós nos ocupávamos da casa e a tarde íamos para o fórum e realizávamos o nosso trabalho lá. Isso foi uma experiência gratificante e que não pode prosseguir porque aí os afazeres foram aumentando, a situação da vara e também a área prevista ali era do Zoobotânico, onde hoje é a área do Zoobotânico, e nos tivemos que devolver, mas em troca da devolução nos obtivemos do então prefeito a área que hoje é o estabelecimento da 909. E lá também sob a orientação de uma psicóloga e de uma arquiteta, foi construído um centro de observação para menores delinquentes. Esse era o destino da casa, nos íamos cuidar só de colocar o menor lá, no tempo necessário, no Máximo talvez de um mês, e que pudesse fazer o levantamento da vida dele, exames necessário para que o Juiz pudesse decidir com segurança. E quando nos deixamos o Juizado já promovido para o Tribunal, ainda não havia pessoal organizado, quadro, para que o Centro funcionasse. E ele depois então, isso são desdobramentos que ocorreram depois que eu estive como Juiz de Menores. Mas isso aí, essa peculiaridade da Justiça de Menores, tem o seu valor, agora a sensação que eu tive quando cheguei a Brasília foi muito importante, porque eu como disse, havia saído do Rio de Janeiro e ido para o interior do Espírito Santo, eu cheguei a ser Juiz na região do Contestado, daquela briga de Minas com o Espírito Santo, um lugar que não havia nada, recurso nenhum, e que ambos os Estados implantaram Comarcas, exatamente para manter a sua Jurisdição. Então, eu encontrei o Espírito Santo numa época em que ele já tinha em várias regiões, já tinha tido um desenvolvimento muito grande na época do café. O Espírito Santo é um dos maiores produtores de café. Mas com o colapso do café, essas cidades sofreram muito. Então, por onde eu passava, nessas cidades que eu exerci como Juiz Substituto ou como Juiz de Direito, a gente sentia que ela já tinha tido um desenvolvimento bom e tinha cessado esse desenvolvimento e as coisas estavam voltando para trás, era as coisas da cidade que já teve, ah! Um clube. Já tivemos um

---

<sup>5</sup> Ministério da Educação e Cultura

clube, um cinema. Já tivemos o cinema (risos). Então de certo modo para mim que havia saído do Rio de Janeiro, aquilo ali me desestimulava muito, porque a gente sentia que as pessoas do local já estavam habituadas naquela situação que tinha uma vida regular, que já tinham tido uma vida melhor, mas não pensavam em desenvolver, em crescer. E essa idéia de Brasília, que foi surgindo, que foi desenvolvendo, foi tomando conta de mim, porque eu disse assim, eu não pretendo mais voltar para o Rio de Janeiro, mas Brasília vai ser o meu novo Distrito Federal, porque eu nasci nele e agora se mudou para o Planalto.

**Desembargador Hermenegildo Fernandes** – Isso foi em 1961 ou em 1960?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu fiz o concurso em 1961, mas em 60 no mês seguinte em maio, eu vim aqui conhecer Brasília. Estive com os colegas aqui, principalmente com o Desembargador Raimundo Macedo, e ele me contou que a Lei que permitia a transferência de Juízes de outros Estados para cá, ela estava deixando de ser aplicada, já tinha sido utilizada, mas o Tribunal ia abrir um concurso, e essa idéia do concurso já me deixou satisfeito aqui, e eu voltei para o Espírito Santo com o propósito de me preparar para o concurso. E tive a felicidade de ser aprovado e ser nomeado dentro das três vagas, eu fui o terceiro. O Desembargador Mario Dante Guerra obteve o primeiro lugar, o Desembargador Waldir Meuren o segundo, eu o terceiro e um colega meu de turma, da Nacional de Direito, Danton Andrade Figueira, foi o quarto colocado, obteve a quarta colocação, mas como eram três vagas, o Presidente Jânio Quadros deu preferência à ordem de antiguidade, nomeou os três primeiros e o colega ficou aguardando, mas o concurso prescreveu sem que surgissem novas vagas. Ele foi aproveitado na Procuradoria da Guanabara, e ficamos os três aqui, os três mosqueteiros (risos).

**Juiz Sebastião Rios** – Doutor Jorge, o senhor foi muito fluente no seu depoimento, mas nos gostaríamos que o senhor nos relatasse, como era a Justiça do Distrito Federal naquele momento, quantos Desembargadores e quantas varas existiam naquele momento em que o senhor assumiu aqui em 61?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Bom, a Justiça tinha quanto foi instalada aqui, ela tinha 7 Desembargadores, 6 Juízes de Direito e 5 Juízes Substitutos. E desses 5

Juízes Substitutos, dois estavam em exercício e haviam surgido três vagas com as promoções que ocorreram logo no início, aqui mesmo. E essas três vagas foram aproveitadas pelos que fizeram o concurso. Agora, essa pergunta que o colega me fez a respeito do... Tem uma coisa a mais interessante aí nessa história.

**Juiz Sebastião Rios** – O número de varas...

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Como eu encontrei aqui, quer dizer, havia assim um propósito, uma novidade na própria Justiça, porque a Justiça do Distrito Federal antes de Brasília era uma Justiça muito organizada, uma Justiça muito acatada, de uma projeção nacional, e alguns colegas do Rio, que pensavam em se transferir de início para cá, não vieram por problemas da própria organização de Brasília, porque de início eles imaginavam o seguinte, se a organização de Brasília, como era a do Distrito Federal, ela iria criar um problema de início, porque alguns colegas que não quisessem, se fosse vir para cá obrigatoriamente, eles perderiam a condição de juízes, então só vieram para cá, os juízes, os candidatos a juízes que se interessavam pelo prosseguimento da carreira, melhor aqui que no Distrito Federal.

**Juiz Sebastião Rios** – Eles tiveram a possibilidade de fazer essa opção.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Sim. Exatamente. E houve assim a preocupação também na nova Lei de manter que o valor dos salários aqui de Brasília, que fossem determinados, beneficiassem também os Juízes do antigo Distrito Federal. Então muitos não vieram para cá. Só vieram para cá aqueles que por conveniência, acharam bom vir para Brasília.

**Juiz Sebastião Rios** – O seu é o segundo depoimento, nos já ouvimos o Desembargador Lúcio Arantes. E o Desembargador Lúcio Arantes insistiu muito em um ponto. De que Brasília era uma cidade sem lei. Os senhores tiveram alguma dificuldade aqui com essa implantação da Justiça no Distrito Federal?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Porque eu acredito que o meu colega, o Desembargador Lúcio Arantes, ele pegou uma situação brava, porque foi um ano antes de nos chegarmos.

**Juiz Sebastião Rios** – Ele respondia pelo Juízo do Estado de Goiás e passou a responder por todas as causas do Distrito Federal.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Exatamente.

**Juiz Sebastião Rios** – E quando vocês chegaram aqui já encontraram a coisa mais marcada, mais ou menos organizada.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Já era mais acreditada, embora nos primeiros momentos de Brasília, quando se falava da Justiça, se falava de uma Justiça global, nos tínhamos assim a maior intimidade com o Tribunal Federal de Recursos.

**Juiz Sebastião Rios** – Até porque funcionava no mesmo prédio, no bloco 6.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – E o Juiz daqui substituía lá também.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Então para o povo nos todos éramos Juizes e pouco se importava de que Tribunal. E o mais interessante e que na época, era presidente do Supremo, o Ministro Ribeiro da Costa<sup>6</sup>, e o Ministro Ribeiro da Costa era uma pessoa assim muito afável, muito simples, e ele até nos convidava para tomar chá, lá no prédio do Supremo. Conta um fato verídico, que eu faço questão de registrar, e que naquela confusão inicial de Brasília, que a própria entrega dos apartamentos, não se fazia dentro de um rigor de níveis, poderia acontecer que em um determinado prédio de um magistrado, estivesse temporariamente lá um serviçal. Porque Brasília teve aquela idéia de quem desenhou Brasília, o Niemeyer, ele se envolvia numa época num espírito que os arquitetos estavam tomando, de que a arquitetura, a formação da cidade, o planejamento do Lúcio Costa e tudo, eles eram capazes de modificar socialmente as pessoas, e isso foi uma experiência. E nesse caso que eu estava contando, aconteceu que uma senhora um dia procurou o porteiro e perguntou assim: O senhor sabe quem é que pode consertar o meu ferro elétrico? E o porteiro disse assim: Eu sei sim, tem um senhor aqui no quarto andar, que ele conserta para a senhora o ferro. E ela foi lá, bateu na porta,

---

<sup>6</sup> Ministro Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa, Presidente do STF no biênio 1964-1965

e foi atendida pelo senhor, o senhor recebeu o ferro e disse: A senhora pode deixar, amanhã a senhora vem aqui que eu lhe entrego o ferro consertado. E assim ela fez, passou lá, recebeu o ferro, perguntou se devia alguma coisa. Não senhora o que é isso, isso é uma distração. E passado alguns dias, o marido dela era advogado, e foi a uma festa, a uma solenidade em Brasília, e lá pelas tantas ela cutucou o marido e disse assim: Olha! O senhor que consertou o meu ferro. E ele disse Você está maluca, minha mulher? Aquele ali é o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Ribeiro da Costa (risos). Foi ele que tinha consertado o ferro.

**Juiz Sebastião Rios** – Então Desembargador, a Justiça era um tanto mais democrática do que hoje.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu acho que Brasília democratizou não só a Justiça, como o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Eu fui estudante no Rio, era minha cidade, mais era impossível para mim a idéia de que eu fosse chegar à Câmara e no Senado e entrar lá sem uma apresentação, sem alguém que me levasse. Quer dizer, tudo isso era fechado no Rio de Janeiro. E aqui a gente teve a oportunidade de encontrar o Presidente da República andando na rua. Porque Brasília, fora dos prédios, fora dos locais destinados as repartições públicas, só tinha dois lugares populares. A rua da Igrejinha, ou então... onde mais havia? Agora no momento eu to esquecido.

**Juiz Sebastião Rios** – Ermida Dom Bosco?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Não. Ainda não tinha. Era a rua da Igrejinha, e havia outro canto em que havia a possibilidade da gente se encontrar. A rodoviária. A rodoviária era um local fantástico. Lá tinha barbearia, lá tinha jornaleiro, tinha livraria, realizava festividades, como o primeiro baile de carnaval que foi lá, e havia uma facilidade muito grande, porque na época a TCB<sup>7</sup>, que explorava os ônibus, o transporte coletivo, eles tinham uma linha de ônibus que girava em torno da Praça dos Três Poderes, e não se pagava. A gente pegava até a rodoviária, ali a gente esperava o ônibus circular e fazia a circular. Nesse tempo, Brasília só tinha de comércio, umas quatro

---

<sup>7</sup> Transporte Coletivo de Brasília

casas, uma farmácia, uma padaria, ali na W3, o resto ainda estava tudo no Núcleo Bandeirante.

**Juiz Sebastião Rios** – Conte para nós, também, um pouco da sua experiência. O Senhor foi titular de que Vara?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Olha a única Vara que eu fui titular, foi a Vara de Menores. Como Substituto eu estive em várias.

**Juiz Sebastião Rios** – É que na verdade o senhor foi quem instalou a Vara de Menores.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Quer dizer, quando eu fui nomeado Juiz de Menores, de fato, ela já existia, não existia de Direito.

**Juiz Sebastião Rios** – Desembargador Jorge, o senhor fez referência a uma coisa muito importante. Foi justamente aquele tratamento que o senhor deu aos adolescentes infratores, não é isso? Hoje no Tribunal nos temos uma série de Justiças Alternativas. Nós temos a mediação, nós temos a Justiça Comunitária, nós temos a Justiça Restaurativa. E o que eu estou percebendo e que o senhor antecipou a tudo isso, porque o senhor procurou no tratamento com os adolescentes, de aplicar todos esses princípios que estão sendo sugeridos hoje, numa Justiça Alternativa, não?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Foi a minha experiência como Juiz no Espírito Santo que me abriu os olhos para isso, porque eu saindo do Rio de Janeiro, e quando eu fui jogado no Espírito Santo, eu senti que eu não podia aplicar quase nada, daquilo que eu tinha estudado. Então eu tinha que procurar adaptar a minha formação jurídica, formal, com a realidade. Por exemplo, eu hoje posso dizer isso livremente, porque não há possibilidade de recurso, mas quando eu era Juiz lá da Zona do Contestado, lá em Mucuríci, eu realizei uns Júris. Então aconteceu o seguinte. A população, e naturalmente os jurados, que eram os melhores selecionados ali naquela região, eles tinham uma instrução mínima. Imagina se fossemos formular na hora lá do julgamento, aquelas questões já pré-fabricadas, impostas aos julgados. Então, havia assim, a preocupação do corpo de jurados naquela contingência era de que eles já estavam preparados para decidir antes de ouvir o processo, o contato social reduzido e muito elementar, faziam com que eles já chegassem com aquela idéia. Então, para mim o

importante era que se preservasse, uma vez que a lei estabeleceu o Tribunal do Júri, ainda que eu não concordasse muito com a instituição, eu tivesse restrições a ela, eu tinha que me colocar no lugar da instituição. Então quando se tratava, por exemplo, de crime em que não se discutia a materialidade e a autoria, eu simplesmente conversava com o promotor e com o advogado e dizia assim. Não vamos formular essa pergunta. Dava resposta, sete a zero de acordo com a situação. Houve o fato e não se negava a autoria, porque se fizesse a pergunta de negativa de autoria, embora o réu tivesse jurado, na frente de todo mundo que tinha sido o autor, eles iriam absolver. E o Júri ia ser anulado. E eu sabia disso, pelos fatos anteriores que muitos Júris eram anulados, por decisão eminentemente contrária as provas dos autos.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – Eu vou fazer uma pergunta, que o nosso Desembargador que esta nos dando está entrevista tão esclarecedora e tão produtiva. A realidade do Brasil no que tange ao menor delinqüente em 1960, na década de 60, quando o Desembargador Jorge esteve a frente do Juizado de Menores, alias naquela época era Juizado de Menores, hoje é Vara da Infância e da Adolescência. E hoje tem um Estatuto também.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Que não tinha. Era o Código antigo.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – Que é muito controvertido, porque se diz que não expressa à realidade brasileira. Mas, eu gostaria que o Desembargador nos contasse algum fato, algum processo, e também fizesse alguma comparação entre como era a realidade do menor delinqüente naquela época e de hoje?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu acho que a pergunta do colega é muito importante, pela confusão que hoje esta causando, principalmente na sociedade, aquela idéia de que a nossa Lei, estabelece, considera irresponsável o menor de 18 anos. Nem a Constituição Federal, nem o Estatuto da Criança e do Adolescente fala em irresponsabilidade, ela fala que o menor de 18 anos é inimputável. Então, tecnicamente a palavra inimputável, nos todos sabemos não se equipara a irresponsável. O Código de Menores de 1923, que foi o nosso primeiro código, ele foi um código que abriu caminho no mundo inteiro, em preservar o menor de 18 anos por uma questão de idade, biológica. Ele não quis mais discutir a questão da responsabilidade, ele considerou o fato de que o menor de 18 anos pelo seu desenvolvimento biológico e tudo, ele não

devia responder pelo Código Penal. Por isso usou a expressão inimputável. Inimputável penalmente. Quer dizer, não se pode atribuir ao menor de 18 anos um crime. Ele pratica um ato que o Código Penal considera crime, mas ele não responde pelo Código Penal. Ele responde por medidas sócio-educativas, porque o Código de Menores previa, e que o Estatuto também manteve. E eu acho que voltar atrás nisso, querer estabelecer, reduzir isso, e exatamente voltar atrás no tempo, porque em 1923 o código de menores tornou-se conhecido no mundo inteiro pelo seu posicionamento. E eu continuo achando o posicionamento correto. Agora o que hoje acontece, respondendo também a pergunta do colega, e que hoje nós estamos lidando, não com o problema da qualidade, mas com o problema do volume. Quando eu estudava na Faculdade Nacional de Direito no Rio, a Penitenciária das Neves agrícola de Minas era considerada padrão no mundo. Elogiada em todos os países do mundo, em que o preso trabalhava na área agrícola, e morava junto com a família. Quer dizer, nós já tivemos um sistema penitenciário padrão no mundo, mas hoje nós não conseguimos resolver nem uma situação dentro de uma cidade, porque a população carcerária cresceu fantasticamente, e a gente não sabe. Eu considero o problema...

**Juiz Sebastião Rios** – E sem contar os mandados que não estão sendo cumpridos.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Pois é. E se fosse cumprido, não é? Já houve casos de colegas nossos, colocar os presos na rua. Porque é outra responsabilidade, porque o Juiz que condena o réu num processo, ele tem uma responsabilidade moral muito grande, de saber que aquela condenação que ele deu, com o propósito de recuperar aquele delinqüente, ta recebendo tudo ao contrário, ele está sendo jogado, abandonado, sem nenhum tratamento.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – O colega lembra-se de algum caso de menor que tenha sido assim muito relevante, que tenha despertado grande interesse da sociedade, daquela época?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Sim. Houve o caso, do Rio de Janeiro, o caso da Aida Cury, e o Juiz do Tribunal do Júri, era o nosso colega Souza Neto. Estabeleceu um choque, assim, na época havia uma Revista, o Cruzeiro, que era importante, era uma Revista dos Diários Associados, e como a Aida Cury tinha origem mulçumana, origem

árabe, um dos jornalistas, Davi Nasser, que era um dos jornalistas famosos, abriu uma campanha violenta e atacou com muita violência o nosso colega. Porque ele tinha sido absolvido, e o rapaz que cometeu isso, era até de uma família do Espírito Santo. Eu vivi muito essa situação, porque eu conhecia a família do rapaz que foi acusado.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – Tem mais uma perguntinha, que a Desembargadora Maria Thereza teve que sair e me deixou aqui com essa incumbência. Eu devo dizer que eu sou entusiasmado com esse projeto memória. Quando estive aqui na Presidência do Tribunal, mandei até que se fizessem algumas pesquisas, porque a verdade é que a Justiça na Capital do Brasil, primeiro em Salvador, depois no Rio e agora em Brasília, tem poucos registros. Nós precisamos resgatar os fatos relevantes, que possam num futuro servir de exemplo e servir de orgulho para as gerações vindouras. Eu acho por isso que esse projeto é muito importante e precisamos resgatar. E temos que aproveitar a oportunidade, em que aqui tem um colega que é fonte. Porque ele viveu esses primórdios, esse início da Capital brasileira no Planalto Central. Então, eu me lembro que indo a São Paulo, visitei o museu do Tribunal de Justiça que tem contribuições importantes, algumas de Rui Barbosa, tem o mobiliário que foi do Tribunal do Júri. E lá eu vi uma referência a uma pessoa que é certamente parente do Desembargador Jorge. Eu gostaria que ele nos falasse alguma coisa sobre isso?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu sou filho de militar, meu avô era do Tesouro Nacional, mais meu bisavô, meu bisavô seguiu a carreira jurídica. Ele começou como Juiz lá em Niterói, depois ele chegou a Conselheiro do Estado, do Dom Pedro II. E como Conselheiro do Estado, ele fez parte do Gabinete do Visconde do Rio Branco, como Ministro da Justiça. E nessa ocasião em que ele era Ministro da Justiça, o Império, a cinquenta anos devia a criação de novas Relações, que eram os Tribunais antigos, que se chamavam Relações. E o Conselheiro patrocinou o decreto que criou novas relações no Brasil. Um número alto eram umas coisas de doze Relações. Entre elas a Relação de São Paulo/Paraná. Paraná era uma Comarca de São Paulo. E ele então, foi criada a Relação que abrangia as duas regiões, São Paulo e Paraná, dentre outras no Nordeste e tudo. O Gabinete do Visconde do Rio Branco foi um dos Gabinetes que mais durou no Império. Cerca de quatro anos. E esse bisavô teve ainda outras participações. Ele foi Ministro da Marinha. Foi Presidente da Província do Piauí, do Ceará. E como Deputado Federal, ele foi escolhido em uma comissão para dar um parecer favorável a

Lei Áurea. E ele nessa ocasião, ele disse que, em cinco minutos ele redigiu o parecer, e pediu que aprovassem o parecer na hora, e que mandassem publicar, porque não podia se esperar mais tempo para se obter a assinatura da Lei Áurea. E lá em São Paulo tinha uma pintura à óleo enorme lá no Tribunal, tinha uma sala com o nome dele, mais eu não sei o que se conserva do nome dele lá.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – O que eu pude observar e que o museu tem um acervo muito bom tem coisas importantes, coisas que relembram contribuições de gerações anteriores, que me encantaram. Mas, a Desembargadora me deixou outra incumbência e eu tenho que cumprir, porque assumi essa obrigação. Ela me contou que o Desembargador Jorge, numa certa feita, visitando Paris, encontrou-se com o Presidente Juscelino Kubitschek e parece que jantaram ou almoçaram. E que nessa oportunidade, parece que conversaram coisas da Justiça. O Desembargador Jorge poderia nos contar alguma coisa sobre isso?

**Desembargador Duarte Azevedo** – Bom (risos). A verdade é que eu era Juiz de Menores na época. E fui a um Congresso da Associação Internacional de Juizes de Menores. E sabendo que o Presidente Juscelino estava em Paris na época, eu colhi o endereço do escritório dele, porque eu pretendia visitá-lo. E assim foi feito. Eu fui visitá-lo no escritório, ele me recebeu com muita fidalguia, conversou comigo sobre Brasília, e com a simplicidade dele, ele disse assim: Olha, eu falhei um pouco na organização de Brasília, da Justiça de Brasília, porque eu não tinha idéia do que significava, do aprofundamento que ela tinha. A preocupação que me chegou aos ouvidos era da instalação do Supremo Tribunal Federal. Então, houve assim, eu não dei atenção a Justiça de Brasília, como ela merecia. Mas eu achei que isso foi uma confissão própria dele, da simplicidade dele, mas realmente ele mostrou a fidalguia dele, porque, quando eu me despedi, achando que eu já tinha realizado a minha missão, de estar com ele, ele me disse: Eu teria muito prazer de recebê-lo para jantar comigo, no nosso apartamento, eu e dona Sarah. E eu então fui, voltei mais tarde para jantar com o Presidente, encontrei com ele também, o presidente da Fundação Getúlio Vargas, o Professor Simões Filho, e um casal do Departamento de Estradas e Rodagens. Eu tenho uma dor de cotovelo até hoje, porque quando eu saí do hotel, na primeira hora eu pensei de levar a máquina fotográfica (risos). Mas eu achei que seria uma indelicadeza com o Presidente, eu levar a máquina fotográfica. Mas o casal do Departamento de Estradas e

Rodagens não teve. E eu fui um dos que tirei fotografia deles (risos). E ele tirou também uma minha, mas nunca me entregou então eu não tenho. Eu só tenho a vivência real dessa passagem, passagem muito importante.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – Mas, eu penso que fora importante, porque veja, fez o Presidente ver, de uma maneira muito clara, que precisava contribuir mais com a Justiça de Brasília, que estava começando, estava nascendo, estava engatinhando ainda.

**Juiz Sebastião Rios** – Ficou muito evidente nessa conversa com o Presidente Kubitschek, que para ele a Justiça era o Supremo Tribunal Federal. Primeiro grau para ele não existia. E veja então, que se o Presidente da República evidencia essa ignorância, esse desconhecimento a respeito do funcionamento, e o resto da população, o que se esperar?

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – Olha, eu só queria dizer o seguinte, eu acho que esse projeto, se puder mostrar para as gerações futuras, uma comparação entre a Justiça de Brasília nesse primeiro momento. Porque as pessoas vêem um prédio como esse aqui, por exemplo, um prédio moderno, e não tem idéia de que foram as dificuldades daqueles do primeiro momento. Então, muito esforço, muita luta teve que ser desenvolvida, para que nos chegássemos onde estamos hoje. E ainda precisamos melhorar muito. Mas é preciso que pessoas que viveram aquele momento, contem como é que foi essa luta, como é que foram as grandes dificuldades que foram vencidas. Eu acho que é isso que precisa ficar registrado, ou seja, resgatar essa história. Para que no futuro as pessoas não acharem que isso aqui já começou assim.

**Juiz Sebastião Rios** – E dentro dessa indagação do Desembargador Hermenegildo, que eu gostaria de fazer um adendo. O senhor deixou registrado aqui, quando a GEB cedeu para o Juizado, a Casa Melo Matos, não foi isso? E o senhor estava à frente do Juizado de Menores, teve a preocupação de levar para lá, alguns ofícios, marcenaria. E outra coisa interessante que o senhor deixou registrado aqui, foi a preocupação da Secretaria de Educação, de que os Adolescentes estivessem matriculados na Escola mais próxima, na Escola Classe. Eu não sei se o senhor tem acompanhado a evolução desse atendimento aos adolescentes, mas hoje nos temos o CAJE, o senhor conheceu, pois foi

o senhor que instalou o CAJE. Mas hoje nos temos também o CIAGO, que é o Centro de Integração do Adolescente da Granja das Oliveiras. O senhor deve ter tomado conhecimento pelos jornais, das diversas dificuldades dos diversos conflitos registrados naquela casa, nesses últimos dias. Com intervenção policial. Eu estive lá, a convite da Ordem dos Advogados, e o que eu pude verificar e que o CIAGO estava ocupado por uma tropa de elite (risos). Então eu gostaria que o senhor nos dissesse se o caminho é este, ou se eles deviam insistir nessa questão do atendimento, da educação e pensa até de ser uma educação integral.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Parece que houve evolução. Você falou, o colega falou a coisa mais importante que eu acho na área dos menores e esse atendimento global. Aquela experiência que nos tivemos, e de uma época em que Brasília, a tranquilidade de Brasília e da vida de Brasília, e aquele espírito de abrir caminho, de bandeirante, aquela empolgação que o Juscelino trouxe para o Brasil naquela época da instalação de Brasília, fazia com que todo mundo colaborasse. E o problema do menor devia ser visto sob esse aspecto global. Eu não posso compreender, por exemplo, que o Governo, que o Executivo com todos os órgãos que ele tem de toda natureza, de educação, de saúde, de ensino, do que fosse, ele tem a faca e o queijo na mão. Bastava estabelecer só uma legislação em que esses órgãos todos ligados ao menor trabalhassem em conjunto.

**Juiz Sebastião Rios** – A integração dos assistentes sociais, dos psicólogos, médicos, educadores e principalmente artistas.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – todos esses técnicos estavam ai a disposição, o menor devia ter o acesso fácil a eles, um cartão que lhe desse o direito, ele procurasse o lugar mais próximo, mais conveniente a eles, e serem atendidos.

**Juiz Sebastião Rios** – Em sua opinião, isso independe de época, se isso foi na década de 70, 80, agora com muito mais vazão, não é isso?

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Exatamente. Porque no início de Brasília, havia esse espírito nas pessoas que residiam aqui, nas pessoas que viviam em Brasília. E hoje isso foi esquecido. Você chegava a Brasília aqui no início, passava um carro, você

levantava a mão e pedia carona e eles te davam carona, você ia para onde queria. Todo mundo estava empenhado em ajudar o outro, não criar nenhuma restrição, todo mundo estava empolgado. E hoje cada um fica na sua. A não isso aqui você tem que ir ao hospital, você tem que ir ao posto tal, que é lá na sua casa, é uma burocracia. A pessoa morre, fica doente. Isso tinha que começar pelos menores, se há a preocupação que o menor deve ter um atendimento prioritário.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – A solidariedade passou. E não houve uma evolução, houve uma involução.

**Juiz Sebastião Rios** – Mais eu acho que a gente não pode perder as esperanças.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Não, eu acho que tem que lutar para que isso exista.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – O entrevistador oficial é o Doutor Rios, que deve fazer uma pergunta final, se é que ainda tem alguma coisa. Pois eu acho que a entrevista está muito boa, e foi muito esclarecedora.

**Juiz Sebastião Rios** – Por último, eu gostaria que você deixasse uma mensagem para as novas gerações, com a experiência que o senhor tem como Juiz, no interior do Brasil e da Capital também, não é isso? Acho que o senhor poderia deixar uma mensagem.

**Desembargador Duarte de Azevedo** – A mensagem que eu tenho e dentro desse espírito informal que eu adquiri pela minha experiência, e pela minha idade, eu hoje sou fã da mediação. E todas as soluções extrajudiciais, porque a Justiça, ela tem o seu papel sagrado, é importante, mais ela não pode sozinha encarar o mundo de hoje. Nós todos sabemos disso. Então ela tem que contar, e deve prestigiar todas essas soluções que simplifique que resolva os casos antes que as pessoas tenham que procurar a Justiça através do seu formalismo. É a minha mensagem.

**Juiz Sebastião Rios** – Nós agradecemos a sua presença e a sua contribuição, que foi importante para nós, e principalmente para o Tribunal em deixar esse registro da experiência de vida desde 1961 no Tribunal de Justiça. Muito agradecido, agradeço

também ao desembargador Hermenegildo que contribuiu também com as suas perguntas sábias, prudentes e necessárias.

**Desembargador Hermenegildo Gonçalves** – A gente até teria outras perguntas, mais eu acho que o Desembargador Jorge já contribuiu muito e quem sabe ele ainda volta (risos).

**Desembargador Duarte de Azevedo** – Eu agradeço a atenção que vocês me deram e os profissionais que contribuíram para a realização da filmagem.